

O PROFESSOR PDE E OS DESAFIOS  
DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE

2010

VOLUME I

**JUREMI RIBEIRO DA SILVA**

**O PAPEL DO PEDAGOGO NA ORGANIZAÇÃO E NA MEDIAÇÃO DO  
TRABALHO PEDAGÓGICO NA ESCOLA PÚBLICA**

**CURITIBA  
2012**

**JUREMI RIBEIRO DA SILVA**

**RESGATE DO PEDAGOGO DO PEDAGOGO NA ORGANIZAÇÃO E MEDIAÇÃO  
DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA ESCOLA PÚBLICA**

**Artigo apresentado à Secretaria de Estado da  
Educação – SEED, como requisito final de  
participação no Programa de Desenvolvimento  
Educativo do Estado PDE – Área Pedagogia.  
Orientador: Prof. Dr. Ricardo Antunes de Sá**

**CURITIBA  
2012**

## **1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

### **1.1 ÁREA**

Pedagogia.

### **1.2 PROFESSOR PDE**

Juremi Ribeiro da Silva

### **1.3 PROFESSOR ORIENTADOR – IES**

Professor Doutor Ricardo Antunes de Sá

### **1.4 IES VINCULADA**

Universidade Federal do Paraná – UFPR.

### **1.5 ESCOLA DE IMPLEMENTAÇÃO**

Colégio Estadual Hasdrubal Bellegard - Ensino Fundamental e Médio –

Curitiba/Paraná

### **1.6 PÚBLICO OBJETO DA IMPLEMENTAÇÃO**

Pedagogo

# O PAPEL DO PEDAGOGO NA ORGANIZAÇÃO E NA MEDIAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA ESCOLA PÚBLICA

Autor: Juremi Ribeiro da Silva<sup>1</sup>  
Orientador: Ricardo Antunes de Sá<sup>2</sup>

## Resumo

Este artigo tem o propósito de analisar o papel do Professor Pedagogo na escola pública a partir das condições concretas, buscando uma nova concepção desse profissional para além de funções burocráticas, disciplinadoras e fragmentadas do processo pedagógico da escola. A pesquisa fundamentou-se a partir de análise acervo bibliográfico, apoiado em periódicos, teses e artigos disponíveis na internet. Adotou como metodologia a coleta de dados por meio de questionários aplicados. No processo de intervenção foram criados momentos de reflexão e debates com Alunos, Professores e Pedagogos de Escola Pública<sup>3</sup>. O papel do pedagogo nas escolas, gestado na década de 1970, como agente de controle e burocrata do sistema escolar, constitui marco que desde então, historicamente descaracteriza o papel destes profissionais a medida que o próprio trabalho pedagógico escolar se secundariza, um a vez que ele vem desempenhando várias funções administrativas, necessitando de maior comprometimento por parte da direção, da participação da comunidade e do corpo docente. Portanto esse artigo, ao retomar essas questões busca colocar em pauta a verdadeira identidade do Pedagogo no espaço escolar, colocando-o como articulador e interlocutor na organização e mediação do trabalho pedagógico na escola pública.

**Palavras-chave:** Formação do Pedagogo; Identidade Profissional; Função.

---

1 Licenciatura em Pedagogia. Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Formada pela Universidade Federal do Paraná. Pós Graduação – Metodologias do Ensino Fundamental e Médio  
2 Professor Orientador, Mestre em Educação - UFPR, Doutor em Educação – UNICAMP.  
3 Colégio Estadual Hasdrubal Bellegard - Ensino Fundamental e Médio – Curitiba/Paraná

## INTRODUÇÃO

O presente artigo integra a última etapa do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE-2011), proposta de formação continuada do Governo do Estado do Paraná aos Profissionais da Educação Básica.

O atual contexto político-social-econômico e cultural tem evidenciado profundas transformações na sociedade, e dessa forma, a educação não poderia deixar de ser atingida, trazendo à tona o debate sobre a identidade e a profissionalização do educador e, em nosso caso, do pedagogo.

O interesse pelo tema aqui abordado partiu da constatação de que na realidade escolar concreta o pedagogo não conta com condições para desenvolver seu trabalho uma vez que ele vem desempenhando várias funções administrativas, necessitando de maior comprometimento por parte da direção, da participação da comunidade e do corpo docente, para intervir e colaborar no processo de ensino aprendizagem, incentivando os alunos que estão desmotivados, sem uma perspectiva de futuro.

Na escola o trabalho é realizado por um conjunto de profissionais que interagem para a formação do aluno. A equipe escolar deve encontrar-se sempre em sintonia, todas as funções são importantes na busca por um ensino eficiente capaz de alcançar os objetivos propostos pela instituição. A ação do pedagogo é imprescindível para que a escola possa realizar sua função social.

A função do pedagogo se faz necessária por proporcionar a interligação entre os profissionais da escola. Ele é o elo para o trabalho em conjunto para que a escola realize de fato o seu papel de proporcionar uma educação que desperte a comunidade para o processo de emancipação da sociedade, partindo da sua própria emancipação.

Faz-se necessário observar e compreender como é o trabalho que o pedagogo realiza na escola pública e de que forma o pedagogo deve se fazer compreender para que possa realizar esse trabalho com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, buscando uma nova concepção desse profissional para além de funções burocráticas, disciplinadoras e fragmentadas do processo pedagógico da escola, promovendo discussões junto aos pedagogos para uma reflexão e embasamento teórico contribuindo para um novo olhar da práxis pedagógica dentro da escola.

# 1 Revisão de Literatura

## 1.1 A FORMAÇÃO INICIAL

Desde 1939, quando foi instituído o curso de Pedagogia, diversas alterações ocorreram neste curso com as diversas reformas implantadas. As reformas contribuíram fortemente para o processo de construção da identidade profissional do pedagogo. Nos anos 80, o movimento dos profissionais da Educação (ANFOPE) construiu uma concepção de Formação do Pedagogo voltada para as questões epistemológicas, política e profissionais.

A primeira regulamentação do curso data de 1939 e se destinava a formar bacharéis técnicos de educação e licenciados em Pedagogia que formaria o licenciado para o magistério em cursos normais, por meio do Decreto – Lei nº 1.190/1939, e assim não só seria formado o licenciado como também o bacharel para o exercício dos cargos técnicos de educação.

Ainda segundo BREZEZINSKI,

[...] no período Imperial, os estudos pedagógicos aconteciam nos cursos de formação do magistério – as Escolas Normais; e mesmo com a criação das Escolas Normais no Rio de Janeiro, Bahia, Pará, Ceará e São Paulo no período de 1835 a 1846, não houve muita eficiência na sua função de formar professores primários, mas, sobretudo se caracterizaram como instituições muito instáveis (2002, p.116).

Para Libâneo (1998, p.124) é possível facilmente relacionar o pensamento educacional dominante do período de 1920 a 1945 a algumas consequências que afetam o desenvolvimento teórico do campo científico da Pedagogia:

- afasta-se da concepção da Pedagogia como ciência independente e unitária, acentuando-se a ideia de que ela não teria conteúdo próprio;
- tende, gradativamente, a caracterizar os chamados “estudos pedagógicos” como aqueles destinados à preparação de professores e de técnicos de educação e não para investigação científica da Pedagogia como campo teórico;
- cria nos estudos pedagógicos em nível superior a ambiguidade que até hoje caracteriza o sistema de formação de educadores: a) sua destinação para a preparação de professores; b) sua destinação para aprimoramento da reflexão científica sobre educação e formação de especialistas.

Em 1962 com o Parecer do Conselho Federal de Educação – CFE 251/1962 que, em atendimento a Lei 4.024/1961 (LDBEN), mantém o curso de bacharelado para a formação do pedagogo e o professor dos cursos de magistério em nível de 2º Grau (licenciatura) ambos com duração de quatro anos. Segundo Libâneo (1998, p.124), no “[...] currículo mínimo de Pedagogia constava sete disciplinas, a saber: psicologia da educação, sociologia (geral e da educação), história da educação, filosofia da educação, administração escolar” e mais duas à escolha da instituição. Considerando essas informações percebe-se que há uma tentativa de definir melhor o curso de pedagogia, persistindo na separação entre bacharelado e licenciatura.

No período de 1930 a 1970, o capitalismo industrial teve influência sobre as teorias que fundamentavam a educação, pois a proliferação das indústrias exigiu um novo perfil de trabalhador pautado na eficiência, controle e produtividade, e tais exigências pouco a pouco vão “adentrando” o espaço escolar, tornando imprescindível efetivar a formação do profissional especialista separando o licenciado do bacharelado na formação do pedagogo.

Uma nova regulamentação para a formação do pedagogo acontece com o parecer CFE 252/1969 de autoria de Valnir Chagas; tal parecer teve como suporte a Lei 5.540/1968 (Reforma do Ensino Superior) que no seu artigo 30 estabelecia: “[...] a formação de professores para o ensino de 2º Grau, de disciplinas gerais ou técnicas, bem como o preparo de especialistas destinados ao trabalho de planejamento, supervisão, administração, inspeção e orientação, no âmbito de escolas e sistemas escolares, far-se-á em nível superior”.

O parecer 252/1969 alterou o Parecer 251 de 1962, possibilitando uma mudança conceitual na definição do curso de Pedagogia, determinando com mais objetividade os estudos teóricos necessários à formação do pedagogo, especificando as especializações (administração, supervisão escolar, orientador educacional) fixando o currículo mínimo e a duração do curso. No entanto, persiste a dúvida do curso entre formar o pedagogo não docente (técnico) e o professor dos cursos de magistério e das séries iniciais do 1º Grau e para o Curso Normal (2º grau).

Pimenta (2002, p.20) considera que o modelo de sociedade em que estamos inseridos exige um “[...] outro tipo de homem, com uma formação que o prepare para enfrentar os desafios da modernidade”. Nesta perspectiva, a formação e a profissionalização docente da educação tornaram-se um tema emergente no quadro



das reformas educativas desde os anos de 1980, associadas à reestruturação produtiva e política de ajuste no âmbito do capitalismo. Ainda dentro deste debate, a Lei não supera os dilemas já existentes neste curso, ao contrário, coloca-o numa situação de desconforto. De acordo com a LDBEN 9.394/96 o Título IV, trata dos profissionais da educação e, seus artigos 62 e 64 versam especificamente sobre o Curso de Pedagogia. O artigo 62 especifica que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de Licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (BRASIL, 1996, p.25).

E ainda, o artigo 64 estabelece que:

A formação de profissionais de educação em administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em Pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (BRASIL, 1996, p.25).

As diretrizes curriculares para o Curso de Pedagogia, definidas pela Resolução n.1, de 15 de maio de 2006, do Conselho Nacional de Educação trouxe à tona o debate a respeito da identidade do curso e da sua finalidade profissionalizante, agora instituída como licenciatura.

O Curso de Pedagogia destina-se, na sua atual formulação legal, à formação de professores para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental. Também regulamenta o desenvolvimento de competências para o ensino nos cursos de nível médio, na modalidade normal; ao ensino na educação profissional na área de serviços e apoio escolar; às atividades de organização e gestão educacionais; e às atividades de produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional.

Na transição para o novo modelo dos cursos, as instituições de ensino deveriam extinguir as habilitações até então em vigor a partir do período letivo seguinte àquele em que for publicada a resolução. O projeto pedagógico deveria ser protocolado nos sistemas de ensino dentro de um ano e alcançar todos os alunos que iniciassem o curso no próximo período letivo.

Em vez das 2.800 horas anteriormente instituídas como mínimo para efetivação do curso, são determinadas agora 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico. Outros itens da regulamentação determinam que pelo menos 2.800 horas devem ser destinadas às aulas, seminários, pesquisas e atividades práticas; as outras 300 horas estarão destinadas ao estágio supervisionado, preferencialmente na docência de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental; e 100 horas, no mínimo, dedicadas a atividades de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos.

Atualmente vivemos em uma sociedade que passou por profundas transformações adquirindo uma nova forma de se organizar, de produzir riquezas e de se relacionar política e culturalmente, onde conceitos como globalização, neoliberalismo, sociedade do conhecimento, era da informação que devem ser compreendidos interligada e interdependentemente.

Essas mudanças curriculares para o Curso de Pedagogia fazem parte de uma ampla, longa e discutida reforma na organização dos cursos de graduação e na formação dos profissionais da educação no Brasil.

## **1.2 A FORMAÇÃO E IMPORTÂNCIA DO PEDAGOGO**

A contemporaneidade é caracterizada, por Ferrari (1997, p.21), como a realidade na qual “[...] vivemos um tempo ambíguo e paradoxal, um tempo de desespero e dor, de sofrimento e miséria, tragédia e violência, de anulação e negação das capacidades humanas”.

Dessa forma, o educador deve estar preparado para enfrentar os desafios da modernidade, onde ressaltamos a importância da atuação do pedagogo, como profissional capaz de contribuir com o processo de formação continuada dos professores, conforme aponta Geglio (2005, p.115), os pedagogos exercem papel fundamental nessa formação, já que a natureza de seu trabalho consiste essencialmente em “[...] planejar e acompanhar a execução de todo o processo didático-pedagógico da instituição [...]” em parceria com o professor.

Para corresponder esse novo contexto, é necessário rever a prática pedagógica, em especial do profissional docente. Segundo Libâneo (1998, p.55):

[...] cabe ao professor: assumir o ensino como mediação, exercer prática pedagógica pautada na interdisciplinaridade, conhecer as estratégias do ensinar a pensar e do ensinar a aprender, promover a crítica da realidade, assumir o trabalho educativo como processo comunicacional, reconhecer o impacto das novas tecnologias da comunicação e da informação para o processo educativo, atender a diversidade cultural, investir na atualização científica, técnica e cultural, integrar ao exercício da profissão a dimensão afetiva, e, desenvolver comportamento ético.

Considerando que o pedagogo está envolvido com a formação continuada dos professores, cabe-lhe a função de mediar a reflexão destes profissionais quanto à realidade e às exigências apontadas por Libâneo acima.

### **Implementação do Projeto de Intervenção Pedagógica e GTR**

Para dar início à implementação do Projeto de Intervenção Pedagógica, tomou-se como partida o diagnóstico feito através de questionários aplicados aos pedagogos, professores e alunos da escola a ser investigada.

Diagnóstico este onde todas as pedagogas responderam que tem clareza de seu papel dentro da escola. Em relação à organização do trabalho pedagógico, as mesmas responderam que tem dificuldade em realizar seu trabalho porque precisam atender demanda de alunos. Definem sua atuação de uma forma precária, uma vez que não conseguem atuar na função devido aos problemas enfrentados no dia a dia como suprir a falta de professores, alunos indisciplinados, atrasos, brigas, doenças, não uso ou uso indevido de uniforme, professores despreparados, entre outros.

Quanto à elaboração do calendário escolar, na formação de turmas e distribuição dos horários semanais das aulas e das disciplinas, as pedagogas informaram que estas atividades são realizadas pela Direção, Secretaria e Direção Auxiliar sem contar com sua participação.

A relação profissional dos pedagogos com os professores é cordial e de respeito mútuo, sem muita aproximação devido à escassez de tempo. Com os alunos todas concordam que a relação é boa, pois tentam se aproximar através da amizade, ouvindo-os e orientando-os na medida do possível. Com relação a Direção da Escola, as pedagogas responderam que convivem harmoniosamente, com convergências e divergências democráticas, normais em qualquer estabelecimento de ensino.

Levando o questionamento para o lado dos professores quanto a atuação dos pedagogos na escola, estes colocam que não conseguem atingir os objetivos propostos, ora porque dependem da receptividade do aluno, ora a diversidade cultural e diferentes níveis de aprendizagem dos mesmos. Porém todos tem consciência de que não podem contar com o apoio exclusivo dos pedagogos devido às questões disciplinares (generalizando), mas deixam claro que são atendidos quando solicitam auxílio às pedagogas. Concordam que o grande número de turmas, falta de espaço físico e de materiais pedagógicos que motivem os alunos a participarem ativamente das aulas, e a falta de envolvimento e comprometimento por parte dos pais implica nos problemas gerados entre alunos e professores.

Seguindo com a estratégia de ação, o Grupo de Estudos deu sequência a implementação do Projeto de Intervenção Pedagógica por meio de estudos, debates coletivos e reflexões sobre o trabalho pedagógico coletivo. Os textos utilizados com objetivo de analisar e refletir sobre as referências norteadoras da prática pedagógica, buscando esclarecer e apontar quais as atribuições e funções de cada segmento que compõe a comunidade escolar, priorizando compreender o papel do pedagogo na escola pública, a partir de condições concretas, buscando uma nova concepção desse profissional dentro do processo pedagógico da escola.

Vejamos alguns relatos sobre as atribuições exercidas em Escola Pública do Paraná de alguns Pedagogos participantes do Grupo de Trabalho em Rede<sup>1</sup>.

O papel do pedagogo baseado em seus conhecimentos, é o de mediar o processo educativo; “simplificar” o saber escolar de forma a torná-lo acessível. Cabe também ao pedagogo ser articulador de um projeto político, pedagógico e social na escola e auxiliar o corpo docente quando a elaboração do plano de trabalho docente e a implementação do mesmo em sala de aula com o intuito de promover a ação intencional, do pedagogo, como mediador do processo, tem papel fundamental para que esse conhecimento seja sistematizado e assimilável na Escola. Neste contexto, todos crescem juntos: professor, aluno, escola, comunidade..., ressalta-se, aqui, a importância do grupo de pessoas que trabalham em, para, e na Educação; o pedagogo sozinho não conseguirá operar as transformações necessárias no âmbito escolar sem que o processo, como um todo, seja avaliado e reavaliado constantemente. Educação de qualidade se faz com procedimentos de intervenções planejadas e conscientes, onde o pedagogo é peça chave na condução processo (PED. A)<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup>GTR-2011 (Grupo de Trabalho em Rede é parte integrante do Plano Integrado de Formação Continuada do PDE, foi desenvolvido no 2º e 3º períodos do respectivo Plano. Possibilita a inclusão virtual dos Profissionais da Rede nos estudos, reflexões, discussões e elaborações realizadas pelos Professores PDE, uma forma de democratização do acesso aos conhecimentos teóricos, práticos específicos das áreas trabalhadas no Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná.

<sup>2</sup> Identificaremos as Pedagogas participantes do GTR da seguinte forma: PED. A; PED. B; PED. C.

Deparando-se com a realidade atual percebe-se que a função do pedagogo acaba sendo prejudicada, perdendo assim sua especificidade, principalmente pela sobrecarga de atividades que não lhe cabem e que por necessidades de trabalho diário na escola passa a desempenhar funções administrativas e disciplinadoras, deixando assim de cumprir sua verdadeira função, que é a de organização do trabalho pedagógico na escola. Cabe ao pedagogo definir seu papel e construir sua identidade profissional dentro do seu ambiente escolar, assumindo seu papel, trabalhando em conjunto com a comunidade escolar buscando uma educação pública de qualidade, assumindo uma postura progressista e formando cidadãos críticos e atuantes na sociedade (PED.B).

É importante que seja revisto o conceito que o próprio pedagogo tem a respeito de sua função, assim como, o conceito que todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem tem sobre este profissional. Já se discute este tema há cerca de vinte anos, os dilemas e dificuldades deste profissional estão marcados por muitos aspectos históricos. Porém a realidade vivida por ele, ainda é repleta de enfrentamentos e falta de reconhecimento. No entanto, acredito que já sinaliza-se algum avanço no sentido de maior reconhecimento do trabalho do pedagogo, mas ainda estamos atuando em trabalhos burocráticos, extremamente fragmentado, na maioria das vezes os prazos são limitados para a realização destes e no caso das escolas pequenas o profissional além de ser o faz tudo, não consegue interagir com outro pedagogo, pois trabalha sozinho. Ainda há as questões e dificuldades com a disciplina que envolvem muito tempo e empenho deste profissional que precisa ser “psicólogo” para resolvê-las (PED.C).

O fazer pedagógico desenvolve-se de modo que, ao questionar aos professores sobre suas dificuldades em aplicar o seu conteúdo programático, o pedagogo pode contribuir acerca de seu conhecimento e da inovação de suas práticas, promovendo a superação dessas dificuldades, bem como o desenvolvimento profissional dos professores.

Para mediar o processo de formação continuada dos professores envolve análise e reflexão sobre as demandas existentes no contexto escolar. Esse processo é contínuo e complexo, pois proporciona a reconstrução da prática pedagógica, onde professores e pedagogos devem dialogar e refletir possibilitando a construção de identidades profissionais e a formação de valores, atitudes e concepções de educação, de homem e de sociedade.

Diante do que é exigido dos pedagogos pela comunidade escolar era de se esperar que se dessem as devidas condições necessárias para seu desempenho profissional. No entanto, o que se percebeu é um processo contínuo de desvalorização desse profissional mediante péssimas condições de trabalho, salários indignos e pouco reconhecimento social pela atividade que vem desenvolvendo, o que desqualifica e desvaloriza esse profissional.

Para Libâneo (1998, p.68), essa crise docente, traz ao profissional o:

[...] sentimento de desprestígio social, de incapacidade diante da realidade, do que lhe é exigido e não é cumprido, ainda tornando-o centro das desconfianças da sociedade civil no que diz respeito à sua atuação profissional, e sendo ele o responsável direto pela educação, considerado também responsável pelas lacunas, pelos fracassos e pelas imperfeições.

As mudanças do mundo contemporâneo demandaram novas formas de organização do trabalho, que aliadas às transformações e inovações no campo das comunicações e dos costumes sociais, aumentaram a demanda por profissionais que labutam na área da Educação em outros espaços, que não aquele eminentemente escolar. Segundo os pedagogos entrevistados são tantas atividades a cumprir e ao mesmo tempo estas atividades se resumem em um único papel:

O pedagogo apaga incêndios o tempo todo e quando sobra um 'tempinho' é que o pedagogo se dedica ao efetivo trabalho pedagógico. Depois de conhecer os aspectos históricos que marcaram a formação e, conseqüentemente, a identidade do pedagogo, descobrimos porque a nossa profissão está sofrendo esse período de desvalorização dentro das escolas, pois até na formação acadêmica sofremos fragmentação em determinados períodos supervisor escolar, orientador educacional, administrador e, depois de tudo voltamos a ser novamente o faz tudo da escola. Entendo que vivendo neste mundo globalizado e informatizado, a questão pedagógica não pode ser compreendida separadamente, mas também não podemos continuar sem identificar qual é realmente o nosso papel, termos definido o que nós queremos realmente, é não sermos só o faz tudo, pois assim continuaremos atuando como bombeiros, psicólogos, enfermeiros e pedagogicamente acabamos contribuindo com muito pouco. E assim, continua-se a contribuição para a desvalorização profissional do pedagogo, e nós continuamos a desenvolver nosso trabalho sem procurarmos realmente entender nosso papel, não nos deixando envolver por ações do cotidiano escolar e também pelos envolvidos no processo coletivo da escola (PED. A).

Em vista da mudança legal, estabelecida pela Lei Complementar 103/2004 da SEED Paraná, que transforma especialistas da educação em professores, ou seja, em professores pedagogos, atrelando a eles as funções de orientador educacional e supervisor escolar. Na verdade, isto gerou certa insatisfação, pois não foi dada a oportunidade para que esse profissional refletisse sobre seu novo papel. Ele precisou assumir uma postura diferente daquela de sua formação e de sua prática, até então exercida em função da área de concurso. Não lhe foram proporcionados estudos para a compreensão dessa nova realidade, nem mesmo condições reais para ressignificação de suas funções. Observa-se que houve uma junção das tarefas que até então eram realizadas pelo orientador ou supervisor e que passam a ser desenvolvidas pelo professor pedagogo. No entanto, a formação desses profissionais foi específica, portanto em sua grande maioria, não possuem embasamento teórico para cumprir as exigências que lhe são postas diariamente e o que, muitas vezes, acontece é que o pedagogo acaba atirando para todos os lados e, à medida que é utilizado, serve para "apagar incêndios", o que, por fim, descaracteriza seu papel (PED. B).

O pedagogo ocupa um espaço amplo na unidade de ensino, tornando-se ponto de apoio às demais funções da escola, embora não reconhecido em sua especificidade, acaba muitas vezes, sendo influenciado pela prática do imediatismo, socorrendo no dia a dia os conflitos e problemas emergenciais. Suas tarefas são confundidas, tornando-se apenas um instrumento de resolução imediata de conflitos, substituto em carências e faltas de funcionários, e cumpridor de atividades corriqueiras do dia a dia escolar. Perpassa a impressão de que não há um planejamento prévio ou organizacional referente à sua função. A diversidade de funções que são atribuídas ao pedagogo, através das ocorrências disciplinares, infracionais e administrativas tomam conta da maior parte do tempo a qual poderia ser estendido para a organização e acompanhamento do trabalho pedagógico. Isso faz com que perca a característica principal deste profissional que é planejar, decidir, coordenar, executar ações, acompanhar e controlar, avaliar as questões didáticas e pedagógicas de forma articulada com os demais profissionais, buscando a efetivação no processo ensino-aprendizagem (PED. C).

Contreras (2002, p.33), esclarece que o processo de proletarização do profissional de educação estaria relacionado à “[...] perda daquelas qualidades que faziam deles profissionais, ou ainda, a deterioração daquelas condições de trabalho nas quais depositavam suas esperanças de alcançar status”. Assim, essa proletarização é um processo que está relacionado à desorientação ideológica e não somente com o controle técnico, ou seja, vai além da perda das competências técnicas e se situa de forma complexa e contraditória no campo ideológico, está relacionado ainda com a perda de controle sobre os fins e os propósitos sociais aos quais o trabalho do profissional da educação está direcionado, o que nos permite entender porque em algumas situações os profissionais acabam por se comprometer com as políticas de legitimação do Estado, acreditando que assim estão participando da gestão e que vai ao encontro de seus propósitos, de seus ideais; é a obrigação moral e ética que fala mais alto neste momento.

Ao lado desta realidade, acrescentamos o fato de que a sociedade exige educação de qualidade. Tal exigência resulta do fato de que a sociedade percebe a escola e, especialmente, os seus profissionais, como os principais responsáveis pelo processo educativo. No entanto, ao impor à escola essa responsabilidade, a sociedade põe estes mesmos profissionais à prova, em relação às suas condições de trabalho, em relação às dificuldades de “dar conta” de problemas que têm causas na família, na sociedade.

Essas mudanças podem afetar o processo de constituição da identidade e da autonomia profissional do pedagogo na medida em que exige nova postura diante da realidade educacional. Sua constituição resulta da síntese dos elementos

necessários para o exercício competente da profissão, ou seja, conhecimentos, habilidades, atitudes, valores, modos de pensar, de agir que caracterizam a natureza e a especificidade da profissão, mas que nunca estão plenamente construídos e, sim em constante processo de construção e reconstrução.

Compreender assim a identidade profissional do pedagogo é também compreender a autonomia profissional como:

Processo dinâmico de definição e constituição pessoal de quem somos como profissionais, e a consciência e realidade de que esta definição e constituição não pode ser realizada senão no seio da própria realidade profissional, que é o encontro com outras pessoas, seja em nosso compromisso de influir em seu processo de formação pessoal, seja na necessidade de definir ou contrastar com outras pessoas e outros setores o que a formação deve ser (CONTRERAS, 2002, p.214).

Em face da realidade que se configura no contexto educacional, surgem novos desafios que precisam ser enfrentados pelos pedagogos e pelos demais profissionais envolvidos com o processo educativo, uma vez que esses desafios que têm emergido o meio educacional incidem diretamente sobre esses profissionais que atuam no espaço escolar. E, neste aspecto, o pedagogo pode se assumir como mediador das ações que visam a reconstrução do projeto escolar, tendo em vista a necessidade de enfrentamento e superação dos desafios posta à escola. E com isso, o pedagogo estará promovendo não só o desenvolvimento da escola, como também, o desenvolvimento profissional dos outros profissionais que participam do processo educativo e, sobretudo, estará se desenvolvendo profissionalmente. Com isso professores, supervisores e pessoal administrativo são responsáveis pela construção da escola e pelos compromissos em relação à prática político-pedagógica que atenda aos anseios de todos os envolvidos no processo educativo.

### **1.3 A IDENTIDADE E O PAPEL DO PEDAGOGO**

Historicamente, o papel do pedagogo foi definido também pela lógica tecnicista: enquanto na fábrica o trabalho era controlado pelo supervisor de fábrica, este mesmo perfil era exigido na escola pelo supervisor escolar, dualizando o trabalho do pedagogo especialista em supervisor e orientador. Na educação, esta visão também dualizou o próprio ensino e aprendizagem, fragmentando a relação



professor e aluno, “psicologizando” as relações e burocratizando os processos pedagógicos.

O papel do supervisor e do orientador foram fortemente valorizados pelas práticas tecnicistas, que colocavam no supervisor escolar a figura do burocrata da educação, enquanto o papel do orientador confundia-se com o espírito mais assistencialista.

A conquista do sentido político e pedagógico do pedagogo vai além das funções burocratizantes, disciplinadoras e fragmentadoras do processo pedagógico, e isso exige a reflexão e a tomada de consciência do seu legítimo papel por parte de toda a escola.

O papel do Pedagogo diante do processo de ensino e de aprendizagem no interior da escola pública é a de articulador e organizador do fazer pedagógico na escola com a participação de todos os segmentos envolvidos nesse processo.

Para os pedagogos a supervisão tem como base o fato de que ela é vista como as ações que levam à melhoria da instrução do processo pedagógico. A supervisão, analisada sob o aspecto das relações humanas, vê o pedagogo como aquele profissional que estabelece comunicação, articula ações, promove discussões entre os professores, ajuda os outros profissionais a melhorarem seu desempenho, sendo assim um articulador de ações e reações dentro da escola, um coordenador das relações, uma vez que é encontrada em todo o sistema de organização. Então unindo a forma de agir de outrora com os pensamentos de hoje, é possível que o pedagogo consiga desempenhar seu verdadeiro papel:

De repente, para a maioria dos pedagogos possa parecer um retrocesso histórico, mas será que retornar com as especialidades (orientação, supervisão, administração) não nos colocaria de volta no “prumo”? Tenho pensado nisso há algum tempo. Talvez seria uma forma de redirecionar o foco pedagógico. Cada um, no grupo, cuidando da especificidade de sua formação. Não sei... há muito o que se pensar e fazer a respeito para deitar a cabeça no travesseiro e descansar com a certeza da missão cumprida!!! Às vezes, com tantos conflitos no nosso dia a dia é tão desgastante; em todos os sentidos... (PED. A).

Ao longo de alguns (poucos é verdade) anos de “especialista em educação” muitas coisas tem me intrigado. Primeiro no que diz respeito a formação do pedagogo que é tão amplo que acaba se perdendo a identidade, e neste sentido concordo com você quanto à definição dos cargos, só não sei se a melhor forma é a clássica divisão entre orientação e supervisão, até porque estes sujeitos rotulados mais do que definidos. O segundo ponto que gostaria de destacar está relacionado ao trabalho especificamente. Entendo que diante de um contexto escolar em crise, o pedagogo foi supervalorizado artificialmente. O que quero dizer com isso é que a ideia que se tem do

pedagogo é que ele individualmente é o portador de todas as virtudes necessárias para que se resolva os problemas escolares imediatos. É por isso que enquanto o restante da comunidade escolar está de braços diante de situação..., nós pedagogos individualmente estamos procurando o extintor. Tem horas que chego a pensar que a primeira coisa a ser feita então é a desvalorização do Pedagogo, nós não somos “Super”, não vamos salvar as criancinhas em perigo. Nosso trabalho na educação é tão importante quanto o da cozinheira, dos zeladores, secretários, professores e assim por diante. Acredito que quando formos vistos como mais um dentro do barco com água e não fora dele tentando rebocá-lo até a margem antes que afunde, poderemos fazer a nossa parte, junto com todos os demais que estão no mesmo barco, para que possamos continuar navegando (PED. B).

Lendo os depoimentos dos colegas, observo que muitos tem simpatia pela forma fragmentada de trabalho a qual éramos submetidos. Quem tem mais tempo de escola vai lembrar que até 2004, o “Supervisor de Ensino” necessariamente não precisava ser pedagogo, essa função era preenchida por um professor escolhido “a dedo” pela direção. Esse profissional tinha como objetivo primeiro o de ser “Inspetor” tanto de alunos como de professores. Também, era função dele o ‘controle’ dos livros Registro de Classe dos professores. Para a comunidade escolar, o supervisor era o chato; aquele que cobra e o orientador era o bonzinho. Historicamente o pedagogo (até pela forma e momento em que foi criada a licenciatura) tem essa marca de “fiscal”. Mudar essa forma de pensar cabe a nós pedagogos. E como fazer? Acredito que é usando os espaços (mesmo que pequenos) nas reuniões pedagógicas, e trabalhar junto da comunidade escolar a nossa função, inclusive historicamente como ela foi construída e com qual objetivo. Por outro lado, não podemos ser ingênuos e acreditar que essa mudança aconteça de uma hora para outra, é um processo que exige muita paciência, determinação e conhecimento, pois: “Um indivíduo não nasce membro de uma sociedade, torna-se membro, impelido pela dialética social. O sujeito vai construindo significados aos acontecimentos objetivos do seu mundo. A construção dos significados garante-lhe participar deste processo. (Franco, 2000)”, (PED. C).

Na realidade o que vem acontecendo no interior da escola pública é a falta de um repensar desse processo onde a figura do pedagogo abarca todos os problemas que deveriam ser assumidos coletivamente com a participação dos pais, professores e direção. Pedagogo “faz tudo” acaba não fazendo nada, se envolve com funções que, *a priori*, devem ser discutidas no interior da escola: *questões disciplinares, faltas de tarefas, faltas de professores*; questões estas que não seriam tão marcantes caso o papel da escola hoje fosse entendido como compromisso social e político de todos os envolvidos na educação, devendo ser discutidas num projeto coletivo; e as questões mais relevantes que são o acompanhamento e a mediação das relações pedagógicas: professor, aluno, currículo, metodologia, processo de avaliação, processo de ensino aprendizagem e organização curricular acabam ficando em segundo plano.

Escrevendo francamente, na minha escola sou eu que sempre coloco à frente as questões distorcidas sobre a nossa função, procuro seguir a lei e volta e meia leio e relembro aos meus colegas sobre a nossa função regulamentada em lei. Porém, ainda é muito difícil, pois, a principal resistência que encontro são dos meus próprios colegas, para se ter uma ideia, a minha colega que trabalha no mesmo turno que eu, é fruto de uma educação tecnicista, de plena ditadura militar (ela tem 63 anos), pode-se dizer que toda semana discutimos em relação à nossa prática, pois, ela não quer construir, caminhar junto com professor e aluno um fazer pedagógico. Quer apenas controlar, inspecionar uniformes, entradas e saídas, dar advertências. Digo que não sou perfeita, inclusive estes textos fazem-se perceber o tanto que tenho que refletir e me organizar cotidianamente, pois o dia passa e tenho a sensação de que pouco fiz, tenho muito o sentimento de culpa pelos fracassos da escola, por exemplo, se tem muitos alunos reprovados em uma determinada matéria, penso que poderia ter feito mais, trabalhado junto ao professor sobre sua prática, vendo suas dificuldades e auxiliando-o um pouco além do que já fiz, que deveria ter feito um melhor acompanhamento desses alunos, enfim, sinto-me frustrada, já que pelas múltiplas funções não consegui agir (PED. A).

Na escola em que atuo, os pedagogos de um modo geral, são “apagadores de incêndio”. Sou pedagoga há três anos apenas e quando tomei conhecimento do trabalho, no dia a dia da escola, fiquei chocada porque a minha formação acadêmica e a proposta do concurso é para a função pedagógica e na realidade da escola o pedagogo está mais para a função disciplinar. Ouvi até mencionar que a nova pedagoga ficasse em um dos portões na entrada e saída, visto que só temos uma inspetora de pátio, no período da manhã, para mais de oitocentos alunos. Aos poucos tento me impor como pedagoga junto aos alunos, professores e a comunidade escolar, mas pergunto onde fica o trabalho tão importante da pós-graduação em Gestão Democrática, com o qual sonhamos inovar nossa escola para uma melhoria na aprendizagem dos alunos? Penso que enquanto a Gestão Democrática ficar no acadêmico e no papel, o pedagogo continuará com função múltipla e tentando ajudar a todos, sem objetivo e sem apoio da equipe diretiva e dos demais envolvidos no processo coletivo. Sabemos que a nossa função vai além das funções disciplinares e das burocráticas, mas ficamos sem saber o que fazer quando estamos percebendo a decadência da aprendizagem dos nossos alunos. Se a Gestão Democrática for realmente estabelecida na escola pública e houver um comprometimento e parceria entre equipe diretiva, equipe pedagógica, agentes educacional I e II e comunidade escolar, creio que poderemos ver alguns frutos no futuro. Quem sabe é hora de nos unirmos para chegarmos a um novo conceito da função pedagógica e para reivindicarmos mais profissionais para a parte disciplinar de alunos e nós pedagogos ficarmos com o que nos cabe que é a mediação do processo ensino-aprendizagem do aluno (PED. B)..

A situação atual dos pedagogos da minha escola atualmente é um pouco melhor do que quando assumi meu padrão. Um exemplo que posso citar é que quando faltam professores, muitas vezes, o diretor solicita que os pedagogos entrem em sala para que os alunos não fiquem ociosos naquele horário. O pedagogo supre uma necessidade da escola e acaba por deixando de lado o seu trabalho que é acompanhamento das atividades pedagógicas da escola. Acredito que o diretor faz muita diferença no desempenho do verdadeiro papel que os pedagogos desempenham no Colégio, pois é ele quem garante o direcionamento desse trabalho no ambiente escolar. Os encaminhamentos necessários para que o pedagogo exerça de fato a sua função devem ser concretizados dentro da escola, e devido ao posicionamento que o mesmo assume no espaço escolar. Deixando de assumir funções que não lhe cabem e criando uma identidade do seu trabalho no dia a dia. É um posicionamento difícil, mas necessário

frente às dificuldades que devem ser superadas na escola. As capacitações e aperfeiçoamentos profissionais são estratégias que devem ser realizadas para que os pedagogos tenham conhecimento e possam criar alternativas para efetivação de sua verdadeira função. A produção didático-pedagógica é uma oportunidade de reflexão e grande relevância, para que nós pedagogos, repensemos nossa prática e atitudes na escola. Nossa verdadeira função só será concretizada, quando lutarmos juntos em prol de uma educação de qualidade na escola pública (PED. C).

O pedagogo não é bombeiro, não é enfermeiro, não é psicólogo, não é inspetor, não é técnico, não é pai e nem mãe, embora não negligencie os fatores pontuais e cotidianos da escola e, para tal, é necessário que conte com todos os envolvidos no processo pedagógico. Contudo, sua função não pode ser tomada por essas ocorrências. O pedagogo deve ser visto sim: em uma multidimensão: social, política, humana e cultural – mas isso jamais implica numa plurifunção.

Segundo SÁ (2000, p.177),

[...] as práticas educativas escolares e não escolares se caracterizam por serem atividades desenvolvidas pelos homens em situações histórico-sociais definidas, imersos num determinado modo de produzir a existência material e espiritual. Esta práxis educativa, este trabalho, tem uma intencionalidade ético-política, se organiza de uma dada maneira, está implícita ou explícita uma determinada metodologia com o objetivo de atingir fins definidos, há sujeitos destinatários ou partícipes envolvidos nesta práxis.

Desta forma, a função do pedagogo necessita urgentemente de uma reconceituação por parte dos próprios pedagogos e dos envolvidos no processo coletivo da escola e principalmente do próprio pedagogo que se deixa envolver por ações de cotidiano escolar.

A Pedagogia significa também condução à cultura, isto é, processo de formação cultural. E Pedagogo é aquele que possibilita o acesso à cultura, organizando o processo de formação cultural. É, pois, aquele que domina as formas, os procedimentos, os métodos através dos quais se chega ao domínio do patrimônio cultural acumulado pela humanidade. Eis como a formação cultural vem a coincidir com a formação humana, convertendo-se o pedagogo, por sua vez, em formador de homens (SAVIANI, 1985, p.27-28).

O Pedagogo com a participação de todos os segmentos envolvidos no processo de ensino/aprendizagem deve mediar todas as intervenções ocorridas

nesse processo e oportunizar condições para que o mesmo possa enfrentar as questões didático-pedagógicas na e da escola.

A Organização do Trabalho Pedagógico - OTP (em anexo), no cotidiano da Escola Pública segundo o CADEP – Coordenadoria de Apoio ao Diretor e ao Pedagogo (SEED, 2003, p.51), envolve:

- Construção e implementação do Projeto-Pedagógico da Escola;
- Organização do trabalho pedagógico no coletivo da Escola: espaço e tempo escolar – organização da prática pedagógica;
- Formação Continuada dos profissionais da Escola;
- Relação entre Escola e Comunidade;
- Avaliação do Trabalho Pedagógico.

Faz também parte da OTP e situam-se dentro dos elementos acima o currículo, o planejamento e a avaliação escolar.

Conforme abaixo estão algumas das dimensões que figuram sobre o papel do pedagogo diante da construção e implementação do Projeto Político Pedagógico; diante da organização da prática pedagógica; diante da formação continuada; da relação escola – comunidade e da avaliação do processo.

É na formação inicial que tem início o processo de constituição da identidade profissional e, se estamos vivendo uma era onde o conhecimento assume novas configurações, ele está em permanente modificação, atualizando-se dia a dia pelas descobertas científicas. E estas descobertas estão constantemente sendo atualizadas pelas redes sociais de comunicação. Hoje se pode dizer que os saberes deixaram as paredes das bibliotecas, mas se faz contínua e em reconstrução. Nesse contexto a tarefa do pedagogo também precisa se modificar, pois diferente de outras áreas que acabam perdendo espaço ou se limitam, na nossa profissão temos que ver os leques de possibilidades que nos abre e temos que aproveitá-los para que nosso papel seja altamente valorizado e abrangente. O pedagogo precisa ser capaz de desenvolver novas competências, colaborando em todos os setores da escola, como: capacitação de professores, avaliação e diagnóstico de seu desempenho para que quando houver necessidade em função dos vários contextos existentes na escola possa pensar em meios, e assim, executá-los mais rapidamente. Algumas características para ser pedagogo é ter capacidade de planejamento e execução de planos, dinamismo, além de saber comunicar e transmitir ideias, estarem preparado para enfrentar com criatividade e competência os problemas do cotidiano, ser flexível, tolerante e estar atento às questões decorrentes da diversidade cultural que caracteriza nossa sociedade. Como desempenhar todas essas funções com a sobrecarga que nos é imposta na escola? O pedagogo ainda é imaturo no que concerne ao seu trabalho, pois acaba fazendo de tudo na escola e esquece o seu papel mais importante que é o conhecimento específico para atuarem de forma precisa e que atenda ao interesse dos alunos instigando aos estudos (PED. A).

O pedagogo das escolas públicas se tornou um cumpridor de tarefas. Seguindo esta linha de raciocínio, na escola em que atuo é possível perceber duas vertentes, uma constituída por uma miscelânea das diferentes concepções do que seja o papel do pedagogo, a outra é marcada por uma visão, diga-se de passagem predominante do que vem a ser a função do pedagogo, formada a partir da prática no cotidiano da escola. A primeira vertente, está relacionada a concepção que os próprios pedagogos tem de sua função. Alguns, por conta da própria formação acadêmica inicial, entendem que o trabalho pedagógico deve ser dividido em orientação e supervisão. A partir disto dividem as funções entre quem cuida de alunos (orientadores educacionais) e quem cuida dos professores (supervisores educacionais). Ainda dentro desta vertente é característico o embate entre cumprir tarefas práticas cuidando da organização e da disciplina escolar e cumprir tarefas burocráticas organizando a “documentação” escolar, o Projeto Político Pedagógico, o Regimento Escolar. Vale destacar que são atividades no sentido de cumprir com a legalidade e não com a sua instrumentalização. A segunda forma de conceber o trabalho pedagógico constitui-se por uma visão do cotidiano escolar, ou seja, a partir da observação do trabalho realizado pelos pedagogos. Esta concepção permeia a comunidade escolar, que supervaloriza o trabalho do pedagogo no sentido de resolver todos os problemas que surgem na escola. Pela via da individualidade, esperam que o pedagogo portador de todas as virtudes, seja capaz de acabar com os problemas estruturais da sociedade que se manifestam dentro da escola, sejam eles de ordem familiar, psicológicos, etc.. Tomando por referência o que foi até aqui exposto percebe-se que o trabalho do pedagogo, na escola, caracteriza-se por um trabalho de execução de tarefas. Isto acontece em decorrência de concepções teóricas que não atendem as especificidades da atualidade ou porque são formadas a partir do senso comum. Neste sentido, um encaminhamento possível e necessário diz respeito a um aprofundamento teórico por parte do pedagogo. Acredita-se que o pedagogo deve ter clareza da especificidade do seu trabalho. Assim, a alternativa seria, num primeiro momento, inverter completamente a lógica do trabalho, de uma atividade prática, que a caracteriza na atualidade, para um trabalho teórico de conceituação. Com isso seria possível encontrar o equilíbrio entre teoria e prática, concepção e execução (PED. B).

O papel do pedagogo no contexto atual é multifuncional, pois adere todas as questões escolares, indo além do pedagógico. Ao chegar, para um dia de trabalho, nos deparamos com alunos e pais, prontos a resolverem questões de dias anteriores, sejam elas de conflitos entre colegas, indisciplinares ou de aprendizagem. O trabalho burocrático, chega a ser realizado às pressas devido solicitações com prazos a serem cumpridos, muitas vezes divididas entre colegas para conseguirmos concluir os diversos pedidos da SEED. A mudança para essa situação diária, seria mais profissionais dentro do estabelecimento escolar, momentos de total concentração e atuação em relação ao papel do pedagogo como mediador, incentivador de metodologias e práticas docentes em meio aos professores aos quais trabalhamos. Na realidade, não cumprimos tarefas relacionadas à nossa missão de pedagogo, pois tomamos decisões políticas na redefinição do próprio papel social dentro da educação escolar. Entretanto, percebemos que é importante nosso papel para a educação como um todo, mesmo passando o tempo do nosso trabalho “apagando fogo”. Sabemos que o acompanhamento do trabalho pedagógico deslanchado pela escola é de forma macro, tem prioridade no âmbito escolar, por isso passamos por psicólogas, mães, intermediárias nos quesitos da direção, secretaria, trabalho direto com os inspetores e família da comunidade escolar. Diante dessa realidade, o nosso papel é de mediador e articulador das multifacetadas da realidade político-pedagógica da nossa escola, sendo assim, algo que faz a diferença em nossos dias. Garantimos que a função social da escola

seja plenamente realizada, ou seja, ajudamos a formar o sujeito para o mundo produtivo e social, sendo preciso ter claro que o foco do nosso trabalho deve ser predominantemente de domínio mais aprofundado das questões educacionais e pedagógicas presentes na escola, para que possa intervir nos momentos que o processo ensino-aprendizagem apresente dificuldades. Enfim, somos aquele que domina a sistemática das formas de organização do processo cultural da escola, e é na conquista dessa profissionalidade que devemos continuar trabalhando cada vez mais para uma educação de qualidade junto ao coletivo dos profissionais da escola, estando atento às modificações no mercado do trabalho, nos métodos de ensino e avaliação de educadores e educandos; para isso, devemos estar atualizados por meio de assinaturas de revistas, participando de seminários, congressos, palestras e trocas de experiências, com condições para isso (PED. C).

A função do pedagogo, portanto, se delinea na ação intencional que media e orienta a prática docente à luz de uma concepção de educação crítica. Concepção esta voltada para a emancipação do Homem; comprometida com a formação científica e cultural dos professores, estudantes e da comunidade; com a difusão do científico conhecimento vivo e com um projeto de sociedade que observe: à democracia, à diferença, à diversidade e o respeito à individualidade e às práticas comunitárias, sociais e culturais. A educação é, portanto, um projeto de emancipação Humana, articulando-se nos espaços de contradição, com um sentido político, cultural, científico, social e transformador.

Diante de todas essas atribuições e com todas as implicações que ocorrem no cotidiano da realidade escolar faz necessária uma conscientização de toda a comunidade escolar para que colaborem e participem interligadamente de todas as ações para que realmente a escola cumpra o seu papel que é o de levar conhecimento científico e cultural, proporcionando a formação de cidadãos conscientes e críticos de seu papel na sociedade.

## **2 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O pedagogo é compreendido, pelo atual sistema de ensino público, como o profissional que articula e organiza o trabalho pedagógico na e da escola, garantindo a coerência entre as diversas áreas do conhecimento, bem como, respeitando as suas especificidades. Contribui no sentido de possibilitar condições e oportunizar situações para que a comunidade escolar reflita sobre os princípios e finalidades da educação e da escola pública, definidos no projeto político-pedagógico da escola.

Acompanhar o processo de ensino e aprendizagem (e intervindo, em momentos que esse processo apresente dificuldades), é atribuição do pedagogo, que busca, junto a outros profissionais da escola alternativas de ação para superar as dificuldades e os obstáculos do processo pedagógico escolar. Sua atuação articula-se com todos os envolvidos no processo pedagógico, concebido a partir de uma compreensão multidimensional, quais sejam: social, política, cultural, cultural, profissional, científica etc.

O papel do pedagogo na escola contemporânea se caracteriza por meio de uma ação intencional e mediadora que deve orientar a prática docente e à prática educativa escolar à luz de uma concepção de educação que privilegie a construção e a socialização dos conhecimentos científico e cultural. Uma ação pedagógica voltada para o diálogo, para o compromisso ético-profissional com a educação pública; comprometido com a construção da autonomia moral e intelectual dos estudantes; comprometido com a emancipação do Homem/Mulher; comprometido com a qualificação continuada, científica e cultural dos professores; comprometido com a democracia ( e não com o democratismo hipócrita e manipulador); comprometido pedagogicamente com: à diferença, à diversidade e o respeito à individualidade e às práticas comunitárias, sociais e culturais. Segundo Libâneo (2001, p.9)

Há, pois, duas características fundamentais do ato educativo intencional: primeiro, a de ser uma atividade humana intencional; segundo, a de ser uma prática social. Isso quer dizer que as práticas educativas não se dão de forma isolada das relações sociais que caracterizam a estrutura econômica e política de uma sociedade, estando subordinadas a interesses sociais, econômicos, políticos e ideológicos de grupos e classes sociais.

Por outro lado, é importante que não só os pedagogos, como também diretores, professores e secretários caminhem na mesma direção: a do entendimento pedagógico-profissional e da procura por “soluções” que os levem ao enfrentamento coletivo frente às dificuldades do cotidiano escolar, compreendendo que a dinâmica escolar ou da vida demandam constante vigilância e permanente ação pedagógico e política para que possamos garantir a qualidade da educação pública nas escolas estaduais.

A escola é o local de trabalho dos profissionais da educação, o que impõe a todos uma postura profissional e crítica frente às ações do cotidiano. Embora todos



sejamos pessoas com vidas particulares, com demandas familiares etc., é ponto pacífico que a Escola é espaço de trabalho que exige do pedagogo e dos demais profissionais uma postura crítico-reflexiva e profissional.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, Gráfica do Senado, D.O.U. a. CXXXIV, Nº 248, 23/12/1996, p.27833-27841.

BRASIL, Decreto Nº 3276 de 06 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a formação de professores para atuar na educação básica, e dá outras providências. Brasília, Gráfica do Senado, D.O.U. de 07/12/1999a.

BRASIL, Decreto Nº 3554 de 07 de agosto de 2000. Dá nova redação § 2º do artigo 3º do Decreto Nº 3276 de 06/12/1999 que dispõe sobre a formação de professores para atuar na educação básica. Brasília, Gráfica do Senado, D.O.U. de 07-08-2000.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRZEZINSKI, Iria. Pedagogia, Pedagogos e Formação de Professores: busca e movimento. Campinas, SP: Papyrus, 1996. LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 2002.

CONTRERAS, José Domingos. A autonomia de Professores. São Paulo: Cortez, 2002.

FERRARI, Yoshie e PIMENTA, Selma G. (coords.). “Formação de professores: Que política queremos?”. Documento do Fórum Estadual Paulista de Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental. São Paulo, dez. 1997.

FRANCO, Maria Amélia R. S. A Pedagogia como ciência da educação: entre práxis e epistemologia. 2001. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo. In: PARANÁ. SECRETARIA DO ESTADO DO. Núcleo Regional de Educação de Curitiba 2005–2006. Disponível em: < <http://www.diaadia.pr.gov.br/cge/arquivos/File/textonrectbpedagogo.doc> >. Acesso em 20.05.2012.

GEGLIO, Paulo Cesar. O papel do coordenador pedagógico na formação do professor em serviço. O Coordenador Pedagógico e cotidiano da escola 3ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e Pedagogos, para que? São Paulo: Cortez, 1998.

LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos... Educar, Curitiba, Nº 17, p.153-176. 2001. Editora da UFPR.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Lea das Graças Camargos. Educação, identidade e profissão docente. In: Docência no Ensino Superior. São Paulo; Cortez, 2002.

SÁ, Ricardo Antunes de. Pedagogia: identidade e formação – O Trabalho Pedagógico nos Processos Educativos Não Escolares. Curitiba (PR), Editora da UFPR, Educar em Revista, Setor de Educação, Nº 16, 2000, p.171-180.

SEED-PR. CADEP – Coordenadoria de Apoio ao Diretor e ao Pedagogo, 2003, p.51.

SEED-PR. Escola Estadual Hasdrubal Bellegard. PPP- Projeto Político Pedagógico, Curitiba: Escola Estadual Hasdrubal Bellegard, 2009.

Resolução CNE/CP 1/2006. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006. Seção 1, p.11.

SAVIANI, Demerval, Sentido da pedagogia e papel do pedagogo, ANDE / Revista da Associação Nacional de Educação, Nº 09, 1985.

### **Diante da Construção e implementação do Projeto Político-Pedagógico**

- Sendo o pedagogo um educador com intenção política, cabe a ele fazer da escola um espaço de luta, construções coletivas, de conquista, onde professores e alunos possam partilhar saberes e construir uma prática pedagógica articulada às necessidades da sociedade.
- Elaborar o Plano de Ação da Equipe Pedagógica.
- Coordenar a elaboração coletiva e a implementação do projeto político-pedagógico.
- Criar condições para a participação dos profissionais da escola e comunidade na construção do projeto político-pedagógico.

### **Diante da Organização do trabalho pedagógico**

- Apresentar propostas, alternativas, sugestões e/ou críticas que promovam o desenvolvimento e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar, conforme o projeto político-pedagógico, a proposta curricular e o plano de ação da escola e as políticas educacionais da SEED;
- Coordenar a elaboração de critérios para aquisição, empréstimo e seleção de materiais, equipamentos e/ou livros de uso didático-pedagógico, a partir da proposta curricular e do projeto político-pedagógico da escola; participar da organização pedagógica da biblioteca da escola, assim como do processo de aquisição de livros e periódicos;
- Atuar, junto ao coletivo de professores, na elaboração de projetos de recuperação de estudos a partir das necessidades de aprendizagem identificadas em sala de aula, de modo a garantir as condições básicas para que o processo de socialização do conhecimento científico e de construção do saber realmente se efetive;
- Organizar a realização dos pré-conselhos e conselhos de classe, de forma a garantir um processo coletivo de reflexão-ação sobre o trabalho pedagógico desenvolvido pela escola e em sala de aula, além de coordenar a elaboração de propostas de intervenção decorrentes desse processo;
- Analisar os projetos de natureza pedagógica a serem implantados na escola; coordenar a organização do espaço-tempo escolar a partir do projeto político-

pedagógico e da proposta curricular da escola, intervindo (JUNTO À DIREÇÃO) na elaboração do calendário letivo, na formação de turmas, na definição e distribuição do horário semanal das aulas e disciplinas, da hora-atividade e de outras atividades que interfiram diretamente na realização do trabalho pedagógico;

- Coordenar, junto à direção, o processo de distribuição de aulas e disciplinas a partir de critérios legais, pedagógico-didáticos e da proposta pedagógica da escola; responsabilizar-se pelo trabalho pedagógico-didático desenvolvido na escola pelo coletivo dos profissionais que nela atuam; implantar mecanismos de acompanhamento e avaliação do trabalho pedagógico escolar pela comunidade interna e externa.

#### **Papel do Conselho de Classe na prática escolar:**

- Acompanhar o aluno em suas dificuldades, encaminhando-o a outros especialistas ou espaços de aprendizagem (sala de recursos – sala de apoio) quando se fizer necessário.
- Acompanhar junto aos professores quais os educandos que apresentam necessidades educacionais especiais;
- Organizar meios de intervenção para trabalhar com os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, identificados pelo conselho de classe (casos atendidos);
- Informar aos profissionais todos os encaminhamentos feitos com cada educando bem como com suas famílias, orientar e cobrar;
- Analisar os índices de aproveitamento escolar, evasão, repetência, identificando-os com vistas a minimizá-los.
- Verificar se o educando que foi encaminhado está cumprindo com os devidos encaminhamentos, como: frequentando as seções com os psicólogos, entre outros;
- Promover a construção de estratégias pedagógicas de superação de todas as formas de discriminação, preconceito e exclusão social e de ampliação do compromisso ético-político com todas as categorias e classes sociais; observar os preceitos constitucionais, a legislação educacional em vigor e o

Estatuto da Criança e do Adolescente, como fundamentos da prática educativa.

### **Análise dos livros registros de classe.**

Orientar o correto preenchimento dos livros registros quanto à:

- Clareza nos registros de avaliação e reavaliação;
- Retomada do conteúdo, reavaliação (recuperação de estudos) data, conteúdo, valor e instrumento utilizado;
- Notas registradas sem rasuras, cálculos de notas conforme regimento escolar, não utilizando símbolos;
- Registro dos conteúdos datados rubricados e de acordo com o plano de ação docente;

**Obs:** Os livros só deverão ser assinados se em consonância com a instrução 03/06 DIE/ SEED, caso isso não ocorra, reorientar o professor, com registro em ata, estipulando novo prazo para que o livro seja vistado.

### **Formação Continuada do Coletivo de Profissionais da Escola**

- Acompanhar o planejamento das aulas dos professores se está de acordo com o projeto pedagógico da escola, e ou orientar nesta direção;
- Contribuir com encaminhamentos metodológicos, sugestões de leituras em torno de uma prática comum e articulada com a concepção de escola pública orientando docentes e alunos em torno do ato de ensinar e aprender.
- Propiciar espaços de convivência entre os docentes, estabelecendo caminhos de pesquisa, estudo, integração, por uma educação democrática.
- Discutir com os professores e os outros profissionais da escola quais as atuais problemáticas sociais e econômicas que interferem na educacional;
- Organizar os conselhos de classe e reuniões pedagógicas com o objetivo de estudar, analisar a prática pedagógica docente e a construção de uma proposta educativa que contribua para a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

- Organizar meios de intervenção para trabalhar com os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, identificados pelo conselho de classe.
- Assessorar os professores nos procedimentos de avaliação da aprendizagem, adequando-as à proposta pedagógica da escola.
- Promover e coordenar reuniões pedagógicas e grupos de estudo para reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico e para a elaboração de propostas de intervenção na realidade da escola;
- Participar e intervir, junto à direção, da organização do trabalho pedagógico escolar no sentido de realizar a função social e a especificidade da educação escolar;
- Participar da elaboração do projeto de formação continuada de todos os profissionais da escola, tendo como finalidade a realização e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar;
- Orientar o processo de elaboração dos planejamentos de ensino junto ao coletivo de professores da escola; subsidiar o aprimoramento teórico-metodológico do coletivo de professores da escola, promovendo estudos sistemáticos, trocas de experiência, debates e oficinas pedagógicas;
- Elaborar o projeto de formação continuada do coletivo de professores e promover ações para sua efetivação; organizar a hora-atividade do coletivo de professores da escola, de maneira a garantir que esse espaço-tempo seja de reflexão-ação sobre o processo pedagógico desenvolvido em sala de aula;
- Coordenar o processo coletivo de elaboração e aprimoramento do Regimento Escolar da escola, garantindo a participação democrática de toda a comunidade escolar.

### **Quanto à Prática Pedagógica da Equipe Pedagógica:**

A importância da atuação do Conselho Escolar para com o coletivo escolar:

- Informar ao coletivo da comunidade escolar os dados do aproveitamento escolar, de forma a promover o processo de reflexão-ação sobre os mesmos para garantir a aprendizagem de todos os alunos;
- Orientar a comunidade escolar a interferir na construção de um processo pedagógico numa perspectiva transformadora;

- Desenvolver projetos que promovam a interação escola-comunidade, de forma a ampliar os espaços de participação, de democratização das relações, de acesso ao saber e de melhoria das condições de vida da população; participar do Conselho Escolar subsidiando teórica e metodologicamente as discussões e reflexões acerca da organização e efetivação do trabalho pedagógico escolar;
- Propiciar o desenvolvimento da representatividade dos alunos e sua participação nos diversos momentos e órgãos colegiados da escola.

### **Quanto à relação escola – comunidade**

- Realizar reuniões de pais, juntamente com direção e professores, promovendo meios de integração entre escola e família, visando um melhor aproveitamento no processo de ensino-aprendizagem, auxiliando os pais na reflexão de sua função no acompanhamento permanente dos filhos.
- Mobilizar a comunidade escolar (funcionários, alunos, pais e professores) para a compreensão da realidade na qual está inserida, objetivando traçar ações consistentes na escola.
- Desenvolver projetos de interação escola-comunidade ampliando espaço de participação da comunidade nas decisões pedagógicas da escola.
- Participar do conselho escolar subsidiando teórica e metodologicamente as reflexões e decisões sobre o trabalho pedagógico escolar.
- Incentivar e propiciar a participação dos alunos nos diversos momentos e em órgãos colegiados da escola.
- Elaborar estratégias para a superação de todas as formas de discriminação, preconceito e exclusão social e de compromisso ético e político com todas as categorias e classes sociais.
- Fazer cumprir os preceitos constitucionais, a legislação educacional em vigor e o Estatuto da criança e do adolescente, como fundamentos da prática educativa.
- Promover reuniões de caráter formativo e informativo;
- Estimular a participação dos pais, distinguindo presença de participação;
- Levar os pais a conhecerem a proposta da escola.

**Quanto à Avaliação do Trabalho Pedagógico:**

- Organizar e coordenar conselhos de classe de forma a garantir um processo coletivo de reflexão-ação sobre o trabalho pedagógico.
- Acompanhar e assessorar o professor na seleção de procedimentos de avaliação do rendimento da aprendizagem adequando-os aos objetivos educacionais previstos no Projeto Político Pedagógico.